



Sessão temática: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Mesa coordenada O movimento de reconceituação do serviço social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções

O SERVIÇO SOCIAL CHILENO E AS RELAÇÕES COM AS ORGANIZAÇÕES, MOVIMENTOS E LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA

MARIA LÚCIA DURIGUETTO¹
ALEXANDER PANES PINTO²
PAULA VIDAL MOLINA³
KÁTIA MARRO⁴
VICTOR ORELHANA BRAVO⁵

Resumo: Em 1970 as forças organizativas da classe trabalhadora levaram o Chile a conquistar, com um programa de construção do socialismo, o governo pela via eleitoral. Neste cenário, o Serviço Social chileno operou transformações nos seus fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos na direção de se sintonizar com as demandas e interesses destas forças organizativas. Neste artigo, teceremos reflexões do governo da Unidade Popular e as relações da profissão com as organizações, lutas e movimentos sociais, as quais serão evidenciadas pela análise dos conteúdos dos Trabalhos de Conclusão de Curso e nos artigos da Revista de Trabajo Social da Universidade Católica do Chile.

Palavras chaves: Unidade Popular; Serviço Social; Reconceituação; Lutas Sociais.

Resumen: En 1970 las fuerzas organizativas de la clase trabajadora llevaron a Chile a conquistar, con un programa de construcción del socialismo, el gobierno por la vía electoral. En este escenario, el Trabajo Social chileno operó transformaciones en sus fundamentos teórico-metodológicos y ético-políticos en la dirección de sintonizar con las demandas e intereses de estas fuerzas organizativas. En este artículo, tejeremos reflexiones del gobierno de la Unidad Popular y las relaciones de la profesión con las organizaciones, luchas y movimientos sociales, las cuales serán evidenciadas por el análisis de los contenidos de las tesis de graduación y en los artículos de la Revista de Trabajo Social de la Universidad Católica de Chile.

Palabras claves: Unidad Popular; Trabajo Social; Reconceptualización; Luchas Sociales.

INTRODUÇÃO

¹Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz De Fora. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

²Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³Professor com formação em Serviço Social. Universidad de Chile.

⁴Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense.

⁵Estudante de Pós-Graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A aproximação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas data do início da década de 1960, com o denominado Movimento de Reconceituação latino-americano. A condição para essa primeira aproximação foi a formação e a atuação política de movimentos e organizações dos trabalhadores, que se desenvolveu em meio à conjuntura internacional de uma contrarrevolução preventiva generalizada que teve agudos rebatimentos no continente (Fernandes, 2011, p.75). É nessa conjuntura de acirramento dos conflitos e dos interesses de classe, devido também à influência dos partidos de esquerda nas massas populares, que segmentos de vanguarda da categoria passam a repensar sua função em face das contradições sociais e sintonizam-se com o universo das lutas e das demandas dos trabalhadores, atuando na direção de minar as bases tradicionais da profissão na sua dimensão teórico-metodológica, organizativa e interventiva.

Com a consideração central dos marcos conjunturais em que se afluam organizações, movimentos e lutas sociais dos trabalhadores, acrescentamos as considerações de Netto (2005, p.145), que ao discutir a erosão do Serviço Social “tradicional” na América Latina, a credita a três vetores: revisão crítica que se processa no interior das ciências sociais; o deslocamento sociopolítico das Igrejas no tocante a interpretações teológicas com posicionamentos anticapitalistas e na permeabilidade de setores do clero a demandas vindas das bases sociais em momento de profundo questionamento ao capitalismo; o movimento estudantil, entendido não apenas enquanto rebelião juvenil, mas enquanto meio em que se reproduzem condensadamente as tensões políticas em curso na sociedade, através do qual elas se inserem no importante espaço de formação e reprodução da categoria profissional representado pela Academia.

No presente artigo, apresentaremos reflexões sobre o Chile e o Serviço Social chileno no período 1965-1973, em que explicitaremos alguns processos desenvolvidos nos anos sob governo da Unidade Popular (UP) (1970-1973) e a sistematização e análise dos conteúdos dos TCCs da U. de Chile, U. Católica de Valparaíso e U. Católica de Chile; artigos publicados na Revista Trabajo Social

(PUC), entre o período 1970-1973. A análise que evidenciaremos deste material se centrará em apreender alguns elementos centrais da conjuntura chilena entre 1965-1973, especialmente no tocante à organização das classes trabalhadoras; tecer considerações exploratórias acerca do redimensionamento crítico do Trabalho Social chileno na relação com as lutas e movimentos sociais das classes subalternas.

1 SERVIÇO SOCIAL E RECONCEITUAÇÃO NO CONTEXTO CHILENO ENTRE 1965 E 1973

O triunfo da UP representou a culminação de um longo e complexo processo de articulação de uma parte da esquerda chilena que, a partir dos anos cinquenta, construiu estratégias de aliança política para enfrentar a luta eleitoral e a construção de um projeto político comum. Neste esforço, confluíram o Partido Comunista, Partido Socialista, Partido Radical, o Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU) e Acción Popular Independiente, que levaram Salvador Allende a conquistar a presidência em setembro de 1970. Embora haja um certo consenso no pensamento social chileno que o período da UP e a profunda derrota que o golpe militar impôs para as forças sociais e políticas engajadas na luta socialista ainda permanecem insuficientemente conhecidos (CANCINO, 1988; GAUDICHAUD, 2004 e 2016), parece-nos significativas as linhas reflexivas expressas por Gaudichaud (2004, pp. 17 e ss.) sobre este período, quais sejam: esgotamento do projeto capitalista “nacional-desenvolvimentista” chileno no início da década de 1960 e, com ele, a programática sócio-política elaborada pela Democracia Cristã (DC), o que colocou o Chile na órbita da crise cíclica do capital, presente em todas as economias centrais e em grande parte do mundo periférico capitalista entre os anos 1960 e 1970 (MANDEL, 1990); na esfera da economia, o governo da UP, baseado em um programa que proclamava *o socialismo como objetivo*, não foi capaz de iniciar uma *efetiva* transição socialista, tendo sido esta possibilidade abortada pelo golpe em setembro de 1973; na esfera da política, destacam-se a diferença de intencionalidades presentes nos diversos aparelhos hegemônicos da classe trabalhadora – sobretudo na organização partidária (PC, principal partido

estritamente operário, e o PS, principal partido da esquerda tomada em sentido mais amplo – especialmente os setores mais diretamente ligados a Allende), que procuraram conduzir, de forma hegemônica, o governo da UP a um “caminho chileno ao socialismo” (atrelando-o, portanto, a uma “evolução pacífica ao socialismo”, que, para o PC não significava necessariamente uma via não violenta), e a surgida da base dos movimentos das classes trabalhadoras e das próprias linhas políticas definidas pelos partidos de esquerda marxista tradicional (ex do PS-setor Altamirano), e emergente (como o Movimento de Esquerda Revolucionária-MIR desde 1965), entre outros, tendente a *transbordar* os limites da institucionalidade do Estado burguês; o *surgimento de órgãos de “poder popular”*, interpretado diferentemente pelos diversos sujeitos políticos em presença (não apenas partidos de diferentes posições no âmbito da esquerda, como PS, PC, MIR, MAPU, mas também as direções dos Cordões Industriais, as Assembleias do Povo, Comandos Comunais etc., em suma, espaços formados por militantes em ocasiões nem sempre ligados àqueles partidos e operando, até certo ponto, a partir de legalidades próprias); c) o *transbordamento dos movimentos das classes trabalhadoras* em face da ambiguidade da UP e da limitação que ela buscou – e, em larga medida, conseguiu – lhes impor, entendendo-os enquanto ponto de apoio ao governo e não como alavancas no sentido de definir os rumos da luta de classes transformando radicalmente as relações sociais na base do Estado e rompendo com a institucionalidade social e política burguesa (GAUDICHAUD, 2016).

A partir das observações expostas acima, é possível delinear uma periodização para o desenvolvimento dos movimentos das classes trabalhadoras, *o que nos possibilita capturar as determinações fundamentais envolvidas no processo de aceleração da erosão das bases conservadoras do Serviço Social chileno ocorrida entre 1970 e 1973*: uma primeira fase se estende entre a posse de Allende em 1970 e o mês de outubro de 1972, que é marcada por forte identificação entre a UP e sua base social, em que o governo lança seu programa de reformas e expandem-se e difundem-se as mobilizações das classes trabalhadoras em diversificadas formas, o que acabará por começar a se chocar contra o projeto de reformas graduais e limitadas ao respeito à institucionalidade burguesa da UP; uma

segunda fase, compreendida entre a paralisação patronal de outubro de 1972 e o “Tancazo” de junho de 1973, durante o qual surge uma miríade de organizações coletivas independentes do Executivo, posicionando-se por vezes contra ele, tendendo a pôr em questão os limites da política da UP e a trabalhar pela continuidade e aprofundamento do processo político de transformação social; uma terceira fase que se estende da tentativa de golpe de junho de 1973 (o “Tancazo”) até o 11 de setembro, período que está em marcha acelerada e aberta a contrarrevolução, favorecida, por sua vez, por certas medidas emanadas do Estado, como os gabinetes cívico-militares de salvação nacional e a Lei das Armas, da qual se valem os militares insidiosos para cometer diversos abusos e arbitrariedades, processo que culmina com o golpe de Estado⁶.

2 O TRABALHO SOCIAL CHILENO NA RELAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES, MOVIMENTOS E LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA

Como um dos capítulos particulares do processo de Reconceituação latino-americano, podemos afirmar que *é o vínculo e a pressão que exercem as lutas sociais dos trabalhadores e setores subalternos, entre meados dos anos 1960 e a chegada ao governo da UP, que tensionam o Serviço Social tradicional no Chile. O desvelamento da dimensão política da profissão se traduz em debates profissionais que questionam a funcionalidade da profissão nos processos de exploração da força de trabalho e alienação dos trabalhadores; na reprodução de modelos de participação social que apaziguam os conflitos de classes; problematizações das características da distribuição da propriedade privada e da dependência econômica do país; as formas de organização e do conflito de classes, entre outros. Observam-se as primeiras manifestações de questionamento da sociedade capitalista e da função que a profissão tem desenvolvido neste contexto.*

⁶Durante essa fase, cristaliza-se a oposição entre uma *esquerda parlamentar* - que condiciona seu apoio a iniciativas de poder popular ao limite de que não levem ao surgimento de situações de dualidade de poderes em relação às instituições políticas juridicamente reconhecidas - e as *direções dos organismos de poder popular* - que passam a ter cada vez maior clareza do perigo de se perder o controle do processo caso não se acelere o avanço e não se passe ao enfrentamento aberto e sem tréguas à contrarrevolução.

Temos assim que, no cenário histórico que se abre com a conquista do governo da UP, os trabalhadores sociais se interrogam acerca da sua contribuição com o processo de transição ao socialismo. No editorial do primeiro volume da Revistas de *Trabajo Social* (UC) se afirma: “A nova conjuntura histórica que começa a viver o nosso país, com um governo orientado à construção do socialismo, coloca novas e substanciais exigências para o Trabalho Social” (Sem autor, 1971, p. 6; tradução nossa).

Ao analisar documentos e trabalhos produzidos na época, destacam o *envolvimento da atuação profissional com problemas típicos de uma situação de deslocamento da correlação de forças no campo da luta política, cuja solução é colocada sob o crivo do compromisso com um processo de transição socialista*. Alguns exemplos disso são o relato profissional em uma empresa estatizada em que se evidencia a ausência de uma apropriação real e coletiva dos meios de produção (Sem autor, 1972); ou a crítica da debilidade de valores de solidariedade e cooperação coletiva entre as massas (Vargas, 1970; Moyano, 1972); ou o desafio da construção do protagonismo dos segmentos subalternos na condução das políticas sociais, no âmbito habitacional (Palma, Quiroz, 1971; ETS-UC, 1972a), de saúde (Arriagada, 1972), dentre outros.

Ainda assim, deve-se ter em mente que a profissão está, naquele período, dando seus primeiros passos no sentido da realização de pesquisas mais rigorosas, abandonando um tratamento mais fenomênico e descritivo da realidade, questionando os pilares do pensamento conservador e incorporando novas referências teóricas para a análise e intervenção social. Isso tem rebatimentos no pensamento crítico produzido no período. Em alguns momentos, percebe-se certo tratamento eclético, ou até a persistência de influências que remetem a correntes, pensadores e instituições mais diretamente vinculadas ao campo positivista de análise e intervenção social, como também a utilização da *teoria da marginalidade* ou mesmo as influências da CEPAL, dentre outras, o que evidencia o processo de transformação teórico-metodológica e ético-política da profissão.

O redimensionamento teórico a que nos referimos se materializa, por sua vez, num claro enriquecimento no conhecimento dos sujeitos com os que

trabalhamos, já considerados não como meros “usuários individuais”, mas *como sujeitos coletivos organizados e historicamente situados*. Este conhecimento é produto de uma compreensão histórica e política destes setores, mas também de *uma inserção real da profissão no cotidiano de vida e organização destes sujeitos* – é, na expressão empregada na época, o “trabalho de base” junto aos “setores populares” e a suas organizações, que a profissão também é chamada a realizar.

Nesta trilha, gostaríamos de destacar o conhecimento que a profissão produz sobre três dimensões importantes do movimento social das classes subalternas no período: os “pobladores”, a questão do poder popular e o movimento operário-sindical. É importante sublinhar que, do ponto de vista da relação da profissão com as lutas sociais, esta não se reduz exclusivamente ao operariado fabril, identificando-se outros sujeitos coletivos, geralmente integrantes das classes trabalhadoras tomadas em sentido mais abrangente, que fazem parte desta relação: assim, é possível observar na literatura do Serviço Social latino-americano da época, e, em especial, do Serviço Social chileno, reflexões sobre as mulheres, os camponeses, os indígenas, que passam a ser compreendidos, paulatinamente, desde uma perspectiva de classe e incorporando aspectos da sua reprodução social para pensar atribuições do trabalho profissional.

Por exemplo, o conhecimento dos “pobladores”, considerados como expressão de contradições secundárias, evidencia esse *esforço por conhecer a composição dos diversos segmentos das classes trabalhadoras e subalternas*, desde a sua inscrição territorial, entendendo suas lutas pela reprodução social como parte da luta de classes, no contexto do capitalismo dependente (Palma, Quiroz, 1971). Ao compreender as particularidades do capitalismo dependente chileno, a profissão descortina a heterogeneidade da classe como reflexo da própria heterogeneidade da estrutura industrial, impactando não apenas nos salários e na posição produtiva, mas também nos níveis de consciência, no comportamento político e nas formas de organização.

Esse fenômeno se torna tão representativo do debate profissional, que a Escola de Trabalho Social da Universidade Católica de Chile (ETS-UC) cria um “Departamento Poblacional”, encarregado de acompanhar suas experiências de

organização a partir de diversos organismos criados ou recriados pelo governo da UP. Assim, órgãos como as Juntas de Abastecimento e controle de Preços (JAP), Conselhos Locais de Saúde (CLS), Juntas de Vizinhos (associações de moradores), Clubes de mães e Comitês de Vigilância noturna, vão pautar um conjunto de demandas e de desafios para a atuação profissional do Trabalho Social. A literatura analisada permite inferir uma *destacada inserção da profissão no processo de organização popular* a partir dos “talleres”, não apenas em relação ao *apoio e fortalecimento do processo de auto-organização dos trabalhadores*, mas também em relação ao *desafio de uma nova institucionalidade que expressasse a gestão participativa dos assuntos públicos por meio dos organismos de poder popular* (Campo et. al., 1971; Gimenez et al., 1971; Del Pozo, 1971; Cruz , 1972)

É neste ponto que se evidencia, também, a preocupação da profissão pelo protagonismo e o processo de auto-organização dos trabalhadores na conjuntura que se abre a partir do governo da UP: estudantes e trabalhadores sociais se debruçam sobre o *debate do poder popular, questionados pelo desafio de identificar e fortalecer organismos de poder da classe*.

A afirmativa de que a profissão deve desenvolver o seu trabalho junto às organizações populares se expressa em exemplos variados, como o da política habitacional; o da luta pelo controle e gestão do processo de produção da área social da economia; e até no da organização territorial dos “pobladores”. Especificamente neste ponto, na preocupação por diferenciar os “moldes” e instâncias de participação herdadas do período histórico anterior, a literatura analisada retrata que a relação predominante era de reivindicação e colaboração com o Estado – e o caráter que os organismos de poder popular deveriam adquirir, como organismos de poder de classe–, nos marcos do processo de transição ao socialismo. Inclusive, observa-se no debate profissional *uma relação estreita entre as políticas sociais e os trabalhadores organizados como classe, como sujeitos coletivos*.

Outro dos aspectos relevantes que se identificam no debate é o *trabalho com o movimento operário-sindical, impulsionado por experiências de intervenção a partir do processo de ocupação e estatização das fábricas*. Na compreensão dos

profissionais, as ações desenvolvidas deveriam se orientar a elevar o nível de consciência dos trabalhadores. É assim que um dos artigos da PUC (Sem autor, 1972) relata um projeto de criação de um “departamento cultural e de educação” na empresa para atuar no campo dos valores culturais que acompanhem o processo de transição ao socialismo, que facilitem a compreensão do contexto histórico e a organização popular; a atuar na formulação e operacionalização de serviços e benefícios sociais nas empresas; inclusive, incorporando tarefas que fazem parte da luta de classes, com o objetivo de “ganhar confiança e reconhecimento” dos trabalhadores, participando nas diversas atividades convocadas pelos sindicatos (greves, assembleias, ocupações). O artigo citado nos informa que algumas dessas demandas eram apresentadas à equipe profissional pelos próprios dirigentes sindicais, no sentido de se contrapor ao conservadorismo e à "neutralidade" dos assistentes sociais tradicionais que desenvolviam o seu trabalho nas empresas, com anterioridade a estes processos de ruptura. Ao tratar das atribuições que os trabalhadores sociais teriam ao atuar com os sindicatos ou nas empresas, se destacam as perspectivas enumeradas a seguir. *Nos órgãos de participação operária*, a profissão trabalharia na “batalha ideológica junto às bases”; na capacitação política, ideológica e econômica; na alfabetização dos trabalhadores; qualificando esses órgãos para que sejam meios de apropriação real dos meios de produção. *Nos sindicatos*, os trabalhadores sociais teriam a tarefa da capacitação e formação política para garantir relação com as bases, superar o formalismo e evitar a cooptação; qualificar o debate acerca do destino do excedente (Campo et. al. 1971; Gimenez et. al., 1971). Outra frente seria *o trabalho com “a mulher do trabalhador”*, no sentido da formação política pelo seu poder na criação dos filhos, por exemplo, a través dos Centros de Mães (Gatica, Cabrera, Chang, 1972; Toledo, 1971).

Outra questão que chama a atenção e evidencia o enriquecimento que proporciona a relação entre a profissão e as lutas sociais é a relação com as políticas sociais. Isso se expressa no relato de experiências de intervenção que se propõem a garantir direitos, promovendo o protagonismo dos subalternos, nos marcos de um processo de transição ao socialismo. No cruzamento analítico entre

a política social e o chamado “Poder Popular”, há artigos que salientam a formação de conselhos; o enfrentamento de modelos tradicionais de participação; a formação de líderes de saúde; a promoção do protagonismo dos trabalhadores e “pobladores” na construção da política habitacional e demais políticas sociais (ETS-UC, 1972a; Arriagada, 1972).

No que diz respeito à relação com as políticas públicas e sociais existem nuances que nos levam a afirmar a existência de vários posicionamentos no Trabalho Social da época. Antes da chegada da UP ao governo, a preocupação que aparece é a tensão que se produz entre as políticas/demandas institucionais (do mercado de trabalho, do empregador) e as demandas dos trabalhadores postas pelo processo de mobilização social para a transformação de um Chile periférico e dependente. As análises apontam que as políticas sociais tinham um selo assistencialista e de integração dos conflitos de classes, nos moldes propostos pela Aliança para o Progresso (Del Pozo, 1971).

Paulatinamente, aparece um questionamento à dimensão de apaziguamento das lutas operárias presente nas estratégias de enfrentamento da questão social por parte do Estado no contexto desenvolvimentista, e ao fato de que a profissão se disputa nessa tensão. Por outro lado, após a UP, e no caminho de transição ao socialismo, verificam-se nas fontes estudadas as mesmas dificuldades de construção de mediações teóricas e políticas no debate profissional, agora num outro contexto histórico e para as políticas públicas e sociais. Neste ponto, a participação real, substantiva, da classe trabalhadora e dos setores subalternos nas diversas instâncias e delineamentos do governo em relação às políticas sociais aparece como uma frente de trabalho importante para os trabalhadores sociais. Observa-se certo questionamento dos ressaibos burocráticos, paternalistas, ou até de práticas assistencialistas (herdadas do governo da DC) em alguns segmentos da profissão, apontando a insuficiência da estratégia da UP para os setores “poblacionales”. Interessante observar algumas advertências críticas que aparecem nas fontes tratadas, quando analisam o governo em questão: a) a insuficiência da política “poblacional”; b) a continuidade de práticas paternalistas e burocráticas; c) o caráter limitado da participação popular nas políticas públicas (ETS-UC, 1972b).

Pudemos observar ainda que se destaca, nas fontes analisadas, uma forte explicitação da *dimensão ideo-política e educativa da profissão*, com uma clara *perspectiva de classe* na compreensão do Trabalho Social. O trabalho profissional é considerado parte das estratégias de capacitação para a formação da consciência de classe e para o desenvolvimento dos processos de organização dos trabalhadores. Esta chave de interpretação vai delinear boa parte das atribuições e competências profissionais na relação com os trabalhadores e demais segmentos subalternos, no seu processo de organização.

Podemos mencionar algumas *linhas de atuação profissional, na perspectiva do poder popular*, como por exemplo: questionamento e problematização do processo de organização; apoio das organizações existentes; fomento de novas formas de organização que respondam às necessidades dos trabalhadores; capacitação de dirigentes; trabalho de organização para a melhoria das condições de vida e articulação dessas demandas com organismos estatais; apoio na formação sindical das mulheres; na participação no desenho e implementação das políticas de saúde, dentre outras (ETS-UCC, 1972a; Del Pozo, 1971).

É em decorrência da acentuada ênfase na dimensão ideo-política da profissão que é possível constatar também, em algumas fontes analisadas, certa superestimação da dimensão política do Trabalho Social, presente em uma visão messiânica e voluntarista do trabalho profissional no processo de construção do socialismo e do poder popular. Isso se percebe em passagens de textos que demandam à profissão a necessidade de realizar um trabalho a serviço das classes populares para que as mesmas encontrem a sua “libertação”. Podemos notar essa superestimação especialmente nas tonalidades acentuadas da concepção do Trabalhador Social como “capacitador” ou “educador popular”, tendo a função de brindar instrumentos ideológicos e técnicos para que os trabalhadores pudessem desempenhar o papel de “agentes da transformação social”. Deste modo, observam-se dificuldades de construção de mediações teóricas, políticas e profissionais, que se expressam seja em posturas messiânicas, seja na dificuldade de compreender as contradições do Estado burguês, seu papel como empregador e as particularidades dos processos de trabalho, seja ainda na confusão da relação

da profissão com os usuários – permeada em alguns casos por certo militância. Contudo, é importante reconhecer que estes elementos se relacionam também com a experiência inédita que se estava vivenciando no âmbito da profissão, em que nas próprias discussões internas se reconhecia as dificuldades de estar sendo confrontados com um desafio nunca antes colocado (AYLWIN y RODRÍGUEZ, 1971).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo aborda alguns elementos que consideramos serem os mais relevantes de considerar em relação aos processos desenvolvidos sob o governo da UP e a relação do Serviço Social chileno com as organizações, movimentos e lutas sociais. Nesta direção, apresentamos algumas considerações: na análise dos TCCs e dos artigos pesquisados, evidenciamos uma completa alteração dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão a partir da efervescente conjuntura pela qual atravessava o país naquele período. A tendência majoritária desta alteração é a de confluir e apoiar aquele processo, de sintonizar a profissão não apenas às demandas postas pelo governo da UP, mas sobretudo de fomentar e fortalecer os processos de organização dos trabalhadores e a defesa das suas demandas e interesses. Mas a relação da profissão com o governo da UP e com seu campo de forças políticas não foi monolítico nem isento de disputas. Nas produções acadêmicas analisadas é possível atestar que as próprias tensões existentes ao interior das forças políticas que conformavam a UP também rebateram na relação dos assistentes sociais com os segmentos da classe trabalhadora com os quais exercia sua intervenção. Como síntese, podemos afirmar que as programáticas interventivas nos organismos de poder popular e nos canais institucionais das políticas sociais revelam um acentuado relevo da *dimensão ideopolítica e educativa da profissão na direção da atuação nos processos de mobilização e organização popular e da formação da consciência de classe*.

REFERÊNCIAS

ARRIAGADA, Ana. et. al. **Participación de la comunidad en programas y acciones del Servicio Nacional de Salud**. Memoria para optar al título de

Asistente Social. Santiago de Chile: Departamento de Política y Acción Social. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad de Chile, 1972.

AYLWIN, Nidia, RODRÍGUEZ, Verónica. “Qué es el Trabajo Social” en la actual perspectiva histórica. **Revista de Trabajo Social UC**, v. 1, p. 5-10, 1971.

BARRERA, Cristina; CISTERNAS, Rosa; MIRANDA, Maria Teresa. **Experiencias de Trabajo Social en el área poblacional**. Trabajo de Conclusión de Curso. Valparaíso: Universidad Católica de Valparaíso, 1973.

CABELLO Gabriela. et. al. **Percepción del rol de Servicio Social por los grupos de presión**. Memoria para optar al título de Asistente Social. Santiago de Chile: Departamento de Política y Acción Social. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad de Chile, 1970.

CAMPO Emilia. et al. **Participación del Asistente Social en el proceso de desarrollo socio político actual**. Memoria para optar al título de Asistente Social. Santiago de Chile: Departamento de Política y Acción Social. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad de Chile, 1971.

CANCINO, Hugo. **La problemática del poder popular en la vía chilena al socialismo: 1970-1973**. [S.I.]: Aarhus University Press, 1988.

CORDOVA, Carmen Bustos. **Una experiencia de autoconstrucción en CORHABIT**. Trabajo de Conclusión de Curso. Valparaíso: Universidad Católica de Valparaíso, 1969.

CRUZ, Gloria. Los talleres de Trabajo Social y la crisis de octubre. **Revista de Trabajo Social UC**, p. 55-56, 1972.

DEL POZO, Ida Hugueta. **La acción de un Trabajador Social en un sector marginalizado de vivienda Higuierilla n. 1 e 2**. Trabajo de Conclusión de Curso. Valparaíso: Universidad Católica de Valparaíso, 1971.

DEPARTAMENTO POBLACIONAL, ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL, UC. “El trabajador social como agente de movilización – Programa Salud”. **Revista de Trabajo Social UC**. p. 25-29, 1972.

_____. Algunos elementos del diagnóstico del fenómeno poblacional en Chile. **Revista de Trabajo Social UC**, p. 7-21, 1972.

DRAPER, Elizabeth, et. al. **La participación de los miembros de las familias campesinas asentadas del área de Talagante**. Memoria para optar al título de Asistente Social. Santiago de Chile: Departamento de Política y Acción Social. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad de Chile, 1971.

FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

GARCÉS, María de la Luz. et. al. **Panorama general de las manifestaciones históricas del movimiento campesino chileno**. Memoria para optar al título de Asistente Social. Santiago de Chile: Departamento de Política y Acción Social. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad de Chile, 1972.

GARCÍA, Marcela. et. al. **Algunas consideraciones acerca de la participación popular en empresas del área social**. Memoria para optar al título de Asistente Social. Santiago de Chile: Departamento de Política y Acción Social. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad de Chile, 1971.

GARCÍA, Marta, et. al. **Participación social de la juventud**. Centros juveniles de la Población San Joaquín. Memoria para optar al título de Asistente Social. Santiago de Chile: Departamento de Política y Acción Social. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad de Chile, 1972.

GATICA, Jaime, CABRERA, Silvia, CHANG, Rosa. Participación - poder obrero: ¿hacia una redefinición del trabajo social? **Revista de Trabajo Social UC**, p. 25-32, 1972.

GAUDICHAUD, Franck. Presentación General. In: Poder Popular y Cordones Industriales. **Testimonios sobre el movimiento popular urbano chileno, 1970-1973**. Santiago: LOM Ediciones, 2004.

_____. **Chile 1970-1973**. Mil días que estremecieron al mundo: Poder Popular, cordones industriales y socialismo durante el gobierno de Salvador Allende. Santiago: LOM Ediciones, 2016.

GIMÉNEZ Rosa. et. al. **Elementos para la formulación de políticas de acción social para un Servicio Social correspondiente a una época de cambios acelerados**. Memoria para optar al título de Asistente Social. Santiago de Chile: Departamento de Política y Acción Social. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad de Chile, 1971.

INOSTROZA Nancy. et. al. **La mujer de María Pinto**. Estudio exploratorio sobre la participación social y productiva de la mujer en nueve asentamientos de la comuna María Pinto. Memoria para optar al título de Asistente Social. Santiago de Chile: Departamento de Política y Acción Social. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad de Chile, 1972.

MANDEL, Ernst. **A crise do capital**: os fatos e a sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MATURANA Rosa. AGUILERA, Blanca. **Elementos para la formulación de políticas de acción social para un servicio social correspondiente a una época de cambios acelerados**. Memoria para optar al título de Asistente Social. Departamento de Política y Acción Social. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad de Chile. Santiago de Chile: 1971.

MOYANO, Myriam. et. al. **Organizaciones y participación en sectores populares urbanos**. Memoria para optar al título de Asistente Social. Departamento de Política y Acción Social. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad de Chile. Santiago de Chile, 1972.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 5. ed. São Paulo: Cortez, [1990] 2005.

PALMA, Diego, Quiroz, Teresita. Como la dependencia económica condiciona la realidad popular urbana en Chile. **Revista de Trabajo Social UC**, p. 13-18, 1971.

PEÑA, Sergio M; PEREIRA, Ángel M. **La Participación social en la “vía chilena al socialismo” Memoria para optar al título de Asistente Social**. Departamento de Política y Acción Social. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad de Chile. Santiago de Chile, 1972.

TRABAJO social em uma empresa estatizada”. **Revista de Trabajo Social UC**, p. 21-29, 1972.

CHILE: coyuntura favorable para el Trabajo Social. **Revista de Trabajo Social UC**, p. 3-4, 1971.

TOLEDO Graciela. et. al. **El Instituto Laboral y la participación de la mujer en la vida sindical**. Memoria para optar al título de Asistente Social. Departamento de Política y Acción Social. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad de Chile. Santiago de Chile, 1971.

VARGAS Nelson. et. al. **Organización de comunidad y participación para el desarrollo. Memoria para optar al título de Asistente Social**. Departamento de Política y Acción Social. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad de Chile. Santiago de Chile, 1970.

ZELADA, Ivone. **Desarrollo de dos Talleres de Trabajo Social en el Sector Poblacional, bajo el proceso de cambios de la Unidad Popular (1971-1972)**. Trabajo de Conclusión de Curso. Santiago: PUC, 1972.